

O efeito das políticas de promoção lingüística para as línguas de imigração: o caso do *talian* e do italiano¹

Morgana Fabiola Cambrussi²

Resumo: Este artigo se apresenta como uma proposta para se repensar a situação lingüística a que foram – ou ainda são – submetidos os imigrantes e descendentes de imigrantes no Brasil. Questionam-se as políticas de promoção lingüística que, embora justificadas na promoção das línguas de imigração, não as promovem, antes servem às línguas de dominação, com interesses voltados para relações internacionais as quais não contemplam a identidade, a cultura e a história dos brasileiros que têm a língua brasileira de imigração como língua materna. Para análise exemplificativa dessa relação, tomou-se o caso do Talian versus Italiano, em que se pode bem perceber a não correspondência entre o que é produto de promoção lingüística e o que efetivamente se tem como língua brasileira de imigração.

Palavras-chave: Línguas brasileiras de imigração. Promoção lingüística. *Talian*. Italiano.

1 Agradeço, imensamente, toda palavra de Darcy Loss Luzzatto, colaborador deste artigo. Também a Gilvan Müller, pela apresentação do tema.

2 Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Lingüística (PGL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

Neste artigo intenciona-se questionar as políticas de promoção lingüística para o italiano no Brasil, os modos de intervenção e o reflexo dessa política na promoção das línguas de imigração, uma vez que as variantes italianas aqui faladas não parecem ser contempladas por essa política. Para tanto, as questões que se apresentam são: Quais são as políticas de promoção lingüística do italiano no Brasil e em que medida essas políticas beneficiam também as variantes que aqui se configuram como línguas de imigração (entre elas as do grupo vêneto, as do grupo lombardo, o friulano, o trentino e o *talian* - este último, foco deste trabalho, surgido a partir das demais variantes, em especial do vêneto, como língua koiné)? Que implicações político-lingüísticas resultam dessa intervenção, estando a língua de imigração à margem das ações pró-italiano que no Brasil se realizam?

Para tanto, o texto terá como percurso: a retomada da história de opressão lingüística a que foram submetidos imigrantes, principalmente italianos e alemães; o assentamento de alguns conceitos, como o de línguas de imigração o de políticas lingüísticas, o de planejamento lingüístico e o de promoção lingüística; e, finalmente, a análise dos modos de intervenção e das ações de promoção do toscano, em lugar de se promover o *talian*, língua de imigração que constitui a identidade de cerca de dois milhões dos ítalo-brasileiros que vivem ao Sul do Brasil.

As marcas da repressão lingüística contra imigrantes e seus descendentes

O *talian*, entre outras línguas de imigração do Brasil, foi fortemente combatido pela Campanha de Nacionalização do Ensino Primário, durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse período, falantes de *talian* das regiões brasileiras que receberam imigrantes eram perseguidos e militarmente punidos por utilizarem sua língua materna. Essa repressão tinha origens nacionalistas: visava a “unificação lingüística” do país, com base no ensino de português como língua oficial e nacional do Brasil e no combate às línguas maternas, à cultura e aos costumes dos imigrantes e seus descendentes. O efeito dessa política de opressão lingüística é ponto central para a compreensão da atual atitude lingüística de falantes de *talian* e para a compreensão da perda lingüística que sofreu o Brasil, em especial o Sul, em nome da orientação ditatorial

para o monolingüismo.

A opressão às línguas de imigração se iniciou nas escolas, ambiente social no qual crianças vivenciavam as práticas pedagógicas em sua língua materna (nas línguas herdadas de seus ascendentes). Nesses ambientes, a brasilização tornou obrigatório o ensino do Português, assim como o de História e Geografia do Brasil e o de Educação Moral e Cívica, na mesma marcha em que proibia as línguas e as manifestações culturais que considerava estrangeiras.

A essa época, com a violenta proibição do uso da língua ‘estrangeira’ nas escolas, nos serviços públicos e militares e até mesmo nas lápides e nas práticas religiosas, a campanha de nacionalização já havia criado nos imigrantes e descendentes a atitude lingüística que em pouco tempo acarretaria a perda do espaço político-cultural e social que suas línguas possuíam na região de colonização. O orgulho da língua e da cultura cedeu lugar ao medo e à vergonha do falar vêneto, do falar trentino, do falar friulano, do falar taliano – esses falares passaram a ser sinônimos de ignorância, já que o prestígio que se passou a atribuir à língua oficial era tão alto quanto o desprestígio que avançava sobre as línguas de imigração. Não era mais desejo dos imigrantes que suas crianças aprendessem no lar a língua de seus antepassados, agora, era necessário e obrigatório entrar na rota do monolingüismo do Português.

Moser (2007) avalia que a perseguição aos imigrantes e seus descendentes, que eram, sobretudo, moradores de áreas rurais, representou brutal violência. Dentre os efeitos provocados por essa agressão, a autora relaciona: mortificação do eu, dor, humilhação, desprezo, incompreensão e injustiça, medo e vergonha da língua materna. Com a proibição do uso da língua taliana, os colonos imigrantes amargaram a anulação de sua cultura, a tentativa de apagamento das marcas de sua identidade étnica e sentiram fortemente os efeitos sociais dessa intervenção: atividades comerciais, costumes e manifestações culturais, hábitos religiosos, toda a “aparência social” passou a ser um risco para aqueles que tinham a língua de imigração como única forma lingüística de comunicação, afinal, esta era sua língua, a língua de seus pais e de toda comunidade lingüística em que estavam inseridos.

Sob o estigma de inimigos da Pátria ou de quinta-coluna, imigrantes eram delatados até mesmo por outros imigrantes convencidos da necessidade de se extinguir o uso de sua

língua. Muitas das formas de violência operavam no plano psicológico: as prisões, quase sempre, serviam para amedrontar, eram instrumento de punição e duravam vinte e quatro horas, além disso, davam legitimidade às extorsões econômicas, cobradas em forma de “fiança”; espalhavam-se boatos de pessoas que haviam sido obrigadas a tomar óleo de rícino ou lubrificante em público, o que era no mínimo degradante. Contudo, também o trabalho forçado, trabalho escravo, na abertura de estradas ou em construções de obras públicas, sem receber água nem comida, fez parte da tirania militar que marcou a vida desses ítalo-brasileiros.

Por onde quer que se andasse havia sempre um espião que cuidava se, entre uma conversa e outra, escorregava alguma palavra em *talian*. E isso fatalmente acontecia, pois eram poucos aqueles que falavam o português com desenvoltura e naturalidade.

Essas autoridades, inclusive alguns professores – gente de pouca visão, percebemos hoje –, nos xingavam, diziam-nos que éramos incultos, que falávamos um patuá, um dialeto de ignorantes, em suma, que éramos uns pobres-coitados.

Tantas nos disseram que houve quem se convenceu de que era melhor deixar de usar nossa língua-materna, que pouco difere daquela que por mais de 1000 anos foi língua oficial da Sereníssima República de Veneza – portanto mais antiga que o próprio português! –, para falar tão somente o idioma de Camões, e mal também esse. (LUZZATTO, 1993, p. 31)

Passado esse período, sem que tivessem passado também seus efeitos, os ítalo-brasileiros puderam retomar o uso de sua língua materna em situações familiares e em situações sociais de comunicação. Entretanto, nunca tiveram sua língua reconhecida como língua brasileira e, hoje, muitos descendentes destes imigrantes já não aprendem no ambiente familiar a língua de seus pais e avós. Casos como os de crianças que chegam à escola falando apenas a língua de imigração como língua materna, falando apenas o *talian*, por exemplo, são cada vez mais raros. Primeiro porque todo o período de opressão lingüística, e não se poderia esperar por resultados diferentes, transformou o orgulho de ser e falar *talian* em medo, em vergonha, em estigma social. Segundo, porque se perpetuou no Brasil o descaso político iniciado ainda na Itália, pelo qual os povos setentrionais estiveram sempre

exclusos e, com eles, foram excluídos também seus costumes, sua língua, sua cultura, sua história.

Certas intervenções do governo italiano buscam ampliar o espaço lingüístico do idioma no Brasil e promover a língua através de políticas como o subsídio de cursos de idioma. Entende-se, no âmbito desta investigação, a promoção lingüística do italiano como um conjunto de iniciativas de instituições que realizam ações de promoção e difusão da língua italiana. Um exemplo de instituição criada, por iniciativa do poder político, com esse intuito é o Istituto Dante Alighieri (<http://www.dante-alighieri.net/>), que objetiva difundir a língua e a cultura italianas “para além dos cidadãos italianos”, através da capacitação de professores e do ensino do idioma para estrangeiros. Em Florianópolis-SC, a criação do Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina (CIB/SC) é outra ação representativa da política de promoção lingüística do italiano no Brasil. O CIB/SC é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que se coloca a missão de divulgar, junto à comunidade catarinense, além da língua, a cultura, a culinária, a economia e a arte italianas. A ligação com a Itália é tão próxima que os certificados dos cursos de língua ofertados pelo CIB/SC são expedidos pelo governo italiano, através do consulado deste país, com sede em Curitiba/PR.

Entretanto, essas políticas, sobretudo alicerçadas no ensino de língua, não abarcam o *talian*, língua de imigração brasileira. Pelo contrário, intencionam sufocá-lo sob o rótulo de dialeto, sob a falsa idéia de que a língua que se ensina e que se aprende nos lares de descendentes de imigrantes, de geração em geração, não passa de uma manifestação ‘inculta’ do italiano standard, do toscano, e, como tal, não tem valor político-lingüístico. Buscar-se-á, como comprovação do que aqui se afirma, relacionar as motivações políticas para a promoção do toscano no Brasil, bem como a compreensão do que se quer com tais ações e quais são os modos de intervenção. Começemos por compreender o que precisa uma língua para ter o estatuto de língua de imigração ou de língua brasileira de imigração.

Línguas de imigração são línguas brasileiras: formação do *Talian*, uma língua brasileira

A freqüente idéia de unidade da língua nacional brasileira, plantada politicamente, foi a responsável pelo alcance no imaginário da identidade que a língua portuguesa

tem no Brasil: brasileiro fala português, essa é a nossa língua – língua de dominação já que foi aquela introduzida no país por nossos colonizadores. À revelia do que se tem como língua oficial, todo movimento imigratório e o escravocrata introduziram no Brasil cerca de trinta e cinco novas línguas que aqui vieram juntar-se às indígenas na soma das línguas brasileiras.

Desse modo, ao se falar em língua brasileira, há que se ter o cuidado de especificar a categoria: língua de imigração, língua indígena, língua de dominação, língua crioula, língua afro-brasileira ou língua de sinais. À categoria língua de imigração compreendem todas as línguas introduzidas no Brasil durante o período historicamente reconhecido como imigratório, as quais são faladas por comunidades de imigrantes e de descendentes de imigrantes que, em solo nacional, preservaram seus costumes, sua cultura e sua língua de origem, sem – ao contrário do que supunha o Estado Novo (1937-1945) – deixarem de ser brasileiros.

Segundo Bolognini e Payer (2005, p. 43), “o período que corresponde ao grande movimento imigratório no Brasil estendeu-se de 1887, ou seja, pouco antes do estabelecimento da República, até 1930”. Esse período, com pouco menos de cinquenta anos de duração, caracterizou a imigração como “um fenômeno em massa de grandes proporções, decorrente de condições sócio-históricas propícias nos dois lados do Atlântico, intermediadas pelas Companhias de Navegação e de Imigração” (ibidem, p.43).

As autoras avaliam que, nesse período de imigração, vieram para o Brasil, por vias legais, 1.401.335 imigrantes italianos, os quais se instalaram, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país. A situação lingüística dessas comunidades de imigrantes ainda é a de preservação das variantes, em especial de origem vêneta e friulana. Bolognini e Payer (2005) consideram que os aspectos que favoreceram tal preservação foram: a convivência em grupos de imigrantes, os quais constituíam comunidades relativamente coesas; o isolamento agrícola dos imigrantes que para cá vieram em busca de terras de cultivo; e, mais recentemente, ações de manutenção das línguas de imigração como a inclusão de italiano e alemão no currículo das escolas de ensino regular (na realidade, esse ensino restringe-se ao italiano padrão, o que não diz, em nada, respeito às línguas de imigração brasileiras, já que o toscano não é e nem foi falado por

comunidades lingüísticas do país).

A criação do *Livro de Registro das Línguas* como patrimônio imaterial é uma iniciativa recente, e esta sim legítima, que favorece a preservação e constitui uma forma de reconhecimento das línguas brasileiras, entre elas as de imigração. O livro tem como linhas de atuação a promoção do direito às línguas, a instalação de políticas de registro e circulação das línguas e a elaboração de equipamentos - instrumentos e dispositivos - articulados às políticas lingüísticas. Contrária ao monolingüismo instaurado no Brasil, essa ação confere às línguas brasileiras registro como reconhecimento jurídico e serve de instrumento de documentação, acervo e circulação, entretanto, trata-se de uma ação política que não promove um espaço multilíngüe, já que não implementa políticas que se voltem para os usos dessas línguas (MORELLO; OLIVEIRA, 2007).

De volta ao quadro imigratório, o fato é que a imigração italiana para o Brasil serviu a dois interesses políticos distintos, mas complementares, cuja amplitude abarca as questões lingüísticas: de um lado estava o governo brasileiro que desejava substituir a mão-de-obra escrava das lavouras e ocupar as terras ainda não habitadas ao Sul, e de outro estava o governo italiano, com uma Itália recentemente unificada, em situação político-econômica ruim e com uma numerosa população excedente, principalmente camponeses e artesãos do norte do país.

Vilas inteiras foram obrigadas a emigrar, em busca da fortuna, metendo-se muitas vezes nas mãos de homens sem escrúpulos, uma tragédia de dimensões inenarráveis que até hoje não teve divulgada sua verdadeira dimensão e sua relevância na sociedade vêneta: houve e continua havendo uma real tentativa de apagar aquela infelicíssima experiência, tanto por parte do mundo da cultura, como da instrução, da política e da informação. Quando, na verdade, os vênetsos deveriam conhecer, entender o fenômeno da emigração e, sobretudo, darem-se conta de terem um 'débito histórico' em relação aos irmãos que emigraram: o relativo bem-estar de nossa região é fruto também das remessas feitas por muitos emigrantes e do fato de que estes, indo embora, permitiram que aqueles que aqui permaneceram dividissem por um número notavelmente menor os escassos recursos de nossa terra. (BEGGIATO, no prelo).

A perspectiva de receber terras para cultivar e de voltar a ter condições dignas de sobrevivência acendeu novas esperanças nos camponeses italianos que há muito eram marginalizados e viviam situação de miséria em seu país. Porém, a terra prometida também tinha seus percalços. Além das condições ruins para cultivo (terras pedregosas, em encostas e ainda com floresta nativa), imigrantes permaneceram à margem dos interesses político-sociais, uma vez que sucessivos governos brasileiros perpetuaram a opressão e a exclusão desses camponeses. Eram economicamente explorados e tiveram suas práticas culturais menosprezadas, o que favoreceu a introspecção das comunidades que se formaram em grupos fechados e isolados, sobretudo nos campos mais distantes de centros urbanos, em que foi possível a preservação da língua de origem dos imigrantes como materna também para seus descendentes.

Além desse processo de formação das comunidades ítalo-brasileiras, “a própria forma de viver do imigrante, no espaço geográfico e social, contribuiu para a conservação dos dialetos italianos de origem desses imigrantes. Esses mesmos fatores agiram também no sentido de miscigenação dos dialetos” (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 80). Tais dialetos de origem a que os autores se referem eram as línguas faladas no norte da Itália, chamadas setentrionais. Em especial a região de vêneto (que compreende as cidades de Verona, Pádua, Vicenza, Treviso e Beluno) é originária de ascendentes de ítalo-brasileiros ainda falantes da língua de imigração (ou da koiné surgida a partir das variantes). Essas variantes diferem do italiano padrão e entre si em aspectos morfológicos, fonológicos e lexicais. Entretanto, pelo freqüente contato nas áreas de colonização e pelo fato de as variantes coexistirem em uma mesma área, restam poucas ilhas lingüísticas representativas de uma variante específica. O que se observa é a mescla de variantes que, por motivações extralingüísticas, vão perdendo espaço e abrindo caminho para o surgimento de uma língua koiné.

Essa koiné utilizada por ítalo-brasileiros falantes de variantes distintas recebe o nome de *Talian* e seu funcionamento social lhe confere estatuto de língua. Por ser formada em especial por variantes da região de vêneto, é também conhecida como vêneto-brasileiro.

Dos imigrantes italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul, aproximadamente 95% eram

provenientes do Vêneto, do Trentino-Alto Ágide, do Friuli-Venezia Giulia, isto é, do Trivêneto e da Lombardia. Desses, mais de 60% tinham língua e cultura vênetas. Tinham falares diferentes, sotaques distintos, mas a língua mãe era a mesma: o vêneto (LUZZATTO, 1994, p. 21).

O predicado brasileiro, em vêneto-brasileiro, é muito apropriado: em um primeiro ponto porque a função que cabe a esse predicado é exprimir certo conjunto de relações que são mantidas entre falantes talianos e o Estado; em um segundo ponto, que diz respeito às relações mantidas com o Estado, porque o *Talian* nasceu em território politicamente demarcado como Brasil, é língua de cidadãos que participam politicamente das decisões e da construção do país, através do voto, do pagamento de impostos e até mesmo do cumprimento de obrigações militares, ou seja, é língua brasileira, falada por brasileiros.

A respeito da formação do *talian*, essa língua genuinamente brasileira, há que se relacionar uma causa ainda anterior a seu surgimento, liga à chegada dos imigrantes ao Brasil. Àquela época, como não sendo distinguidos por suas regiões de origem ou por seus falares, foi obra do governo brasileiro o assentamento de todos os imigrantes italianos em uma mesma área. Essa ação fez emergir a necessidade de nascer um novo idioma, um que servisse ao entendimento de todos entre todos, que servisse à comunicação social, que representasse a unidade entre imigrantes italianos. Assim se configura a formação do *Talian* e sua função social já é nitidamente apresentada: uma língua que põe em relação e em funcionamento modos, hábitos, culturas, costumes, falares e falantes distintos, mas com interesses e realidades idênticos.

O professor Darcy Loss Luzzatto, que é editor e escritor de livros em *talian*, em sua participação no Seminário Legislativo sobre a Criação do Livro das Línguas, realizado em Brasília, nos dias de 07 a 09 de março de 2006, proferiu as seguintes palavras acerca do *talian* e de seu surgimento:

Mas se essa despreocupação do burocrata [referente à não distinção entre imigrantes de diferentes origens e etnias] por um lado criou, aos recém chegados, um problema imediato de comunicação, por outro, sem querer, permitiu o surgimento de um novo idioma, uma melodiosa mistura dos diversos falares dos imigrantes, junto com um punhado de palavras da nova terra, o

português do Brasil. Assim nascia o *talian*, língua materna de milhões e milhões de italo-brasileiros. Eu, às vezes, por brincadeira, digo que Olavo Bilac se enganou quando disse que a língua portuguesa é a última flor do Lácio. Eu o contesto dizendo que a última, mais de quinhentos anos mais nova, é a nossa, o *talian*”

– sem dúvida, brasileira, assim como outras: como a crioula, como as indígenas, como as demais línguas de imigrantes.

O que são políticas de promoção lingüística: a promoção do Italiano e do *Talian* no Brasil

Segundo Calvet (2002, p. 145), política lingüística corresponde a um conjunto de escolhas (as quais são conscientemente realizadas) que se referem “às relações entre língua(s) e vida social”. À implementação de uma política lingüística chama-se planejamento lingüístico, quer dizer, quando uma política lingüística é posta em ação, em ato, tem-se o que se pode chamar planejamento lingüístico. Este, enquanto ação que abrange a(s) língua(s) em pleno funcionamento social, apenas cabe aos Estados operar em âmbito legal (seja em políticas nacionais ou internacionais).

As intervenções políticas que sofrem as línguas podem ser originadas de dois movimentos distintos: um que vai dos falantes e de suas necessidades comunicativas para a(s) língua(s) e que pode nunca ter um estatuto legal; outro que vai do Estado para a(s) língua(s), que tem estatuto legal de controle e que objetiva forçar uma mudança nas práticas lingüísticas ou simplesmente oficializá-la.

Como exemplo do primeiro movimento, pode-se citar, na região de colonização italiana nordeste do Rio Grande do Sul, a escolha de uma língua koiné para comunicação entre ítalo-brasileiros originários de diferentes grupos falantes de variantes distintas, entre elas o Lombardo, o Vêneto, o Friulano e o Trentino.

[...] o *talian*, o nosso idioma, foi formando-se lentamente, mais vêneto do que trentino ou lombardo, anexando também algumas palavras brasileiras, devidamente venetizadas, é lógico, até transformar-se numa verdadeira língua de comunicação entre todos os imigrantes e seus descendentes. [...] E, embora no aconchego do lar, algumas famílias mantivessem seu próprio dialeto de origem, nas vilas e cidades todos faziam

uso do talian, a koiné de comunicação que, cada vez mais, absorvia termos brasileiros, em especial aqueles ligados à tecnologia (LUZZATTO, 1993, p. 30).

As motivações para o surgimento de uma língua koiné são comunicativas e servem, quase sempre, a interesses extralingüísticos (como o comércio). Para o surgimento da koiné utilizada por imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, Frosi e Mioranza (1983) apontam as seguintes causas: abertura de estradas e de vias férreas que passam a estreitar as distâncias entre as ilhas lingüísticas e as comunidades de falantes de português, por exemplo; necessidade de união entre as comunidades de imigrantes para maior representatividade política e para melhor acompanhar as mudanças econômicas; preservação das origens lingüístico-culturais, uma vez que a abertura das comunidades pôs em risco a heterogeneidade lingüística das ilhas ao impor a língua de maior valor econômico e político – resultado disso foi a formação de uma koiné a partir da soma de características das variantes e não a partir da imposição de uma das variantes faladas nas comunidades de imigrantes.

Ora, se as pequenas comunidades não se encontram mais no isolamento, se a soma delas passa a formar uma comunidade maior, homogênea quanto aos interesses econômicos, os dialetos não têm mais condições de coexistir integralmente, pois o processo de desenvolvimento econômico determina o processo social de abolição dos pequenos grupos fechados, dos clãs e dos partidarismos étnicos. (...) O que é importante, de um lado, é a ligação da comunidade da Região de Colonização Italiana com o mercado externo a ela e, de outro, que essa comunidade não seja mais formada de ilhas isoladas, mas de uma soma de valores das comunidades menores em busca de metas comuns (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 123).

Políticas públicas para promoção, difusão, ou mesmo para o reconhecimento oficial de uma língua podem surgir a partir de movimentos sociais que as reivindiquem. Para fins de exemplificação, tome-se a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma língua oficial do Brasil – resultado de uma luta de mais de quinze anos,

articulada por inúmeras ações e movimentos encabeçados pelos surdos do Brasil, luta pela qual se fez cumprir, através da lei federal número 10.436, de 24/04/2002, o direito à legitimidade da LIBRAS enquanto língua dos surdos brasileiros.

O monolingüismo do Português, instaurado no país desde que aqui chegaram os primeiros falantes da língua de dominação (primeiro em opressão às línguas indígenas e, posteriormente, em opressão às línguas de imigração), é o retrato da política lingüística que promove a unidade em detrimento e às custas da diversidade. Isso se produz pela incompreensão do valor (imaterial) do plurilingüismo para a construção da identidade e para a formação social de uma nação mais rica, mais livre, enfim, de uma nação com fala legítima, com voz, pois não está apartada de sua(s) língua(s). Porém, em termos de gerenciamento, há que se reconhecer o quanto se torna mais simples controlar um povo em situação monolíngüe e o quanto a língua é politicamente importante para o reconhecimento e para a valoração de um Estado.

Em busca dessa valoração é que o Estado italiano intervém no Brasil através do ensino da língua italiana que é reforçado pela promoção de viagens de imersão e intercâmbio para alunos, descendentes de imigrantes ou simpatizantes, e pela formação de professores de língua. Outra ação política explícita, em que os interesses italianos podem não passar de causas partidárias, é a facilitação indiscriminada e a orientação para a obtenção de dupla cidadania, brasileira e italiana, em que não se tem nenhum critério quanto ao grau de ascendência de quem requer a cidadania e que, para obtê-la, declara-se cidadão italiano (nesses casos, se o interesse do Estado italiano é unicamente político, pelo lado dos brasileiros que requerem cidadania italiana, em boa parte, os interesses se restringem às facilidades advindas da obtenção de um passaporte que dê liberdade de acesso (e de circulação) à Europa).

Tampouco se verifica nas ações governamentais italianas a preocupação, apontada como justificativa para as políticas de promoção de língua, em divulgar a cultura, a história e a arte italianas para que descendentes de imigrantes conheçam suas origens e as preservem, uma vez que as línguas de imigração brasileiras, e em especial o *talian*, não são contempladas pelas políticas lingüísticas que se operam no país. O toscano, cujo ensino é subsidiado pelo governo

italiano (através de instituições como o *Istituto Dante Aligheri* e o CIB/SC), não é constitutivo da identidade dos descendentes de imigrantes que vivem no Brasil, muito menos diz algo a respeito do passado, da história, da vida dos pais e avós desses ítalo-brasileiros, da arte ou dos costumes. Somente a língua do imigrante e de seus descendentes, o *talian*, é que pode operar no resgate e na manutenção da memória cultural e de luta, de força e de coragem desse imigrante.

Recentemente, ações simultâneas de descendentes de imigrantes têm visado devolver ao *talian* seu espaço em toda região de colonização italiana. O movimento pela revalorização e promoção da língua taliana, encabeçado por escritores que a têm como língua materna, iniciou-se de maneira simultânea, apesar de não ter sido articulado por esses escritores que, em boa parte, nem ao menos tinham contato entre si. Isso implica dizer que as iniciativas em prol do ressurgimento do *talian* devem-se mais à simultânea necessidade de seus falantes de resgatar a sua língua (e com ela sua história e cultura) que a ações políticas de promoção lingüística.

A retomada do *talian* teve memória desde suas primeiras linhas. Talianos produziram sua literatura, que tinha como tema central a vida dos imigrantes recém chegados ao Brasil e fatos recordados da infância, na língua herdada: publicaram livros de poemas e de contos que documentam as andanças e vivências dos colonos talianos em suas linhas de assentamento. A partir daí, surgiu nova orientação para a atitude lingüística dos falantes; em lugar da vergonha e do temor de ser ridicularizado pelo seu falar, talianos foram convidados a se manifestar em sua língua e mostrar como é (da mesma maneira que o toscano e o português) bela, rica, complexa, diversa, importante política, histórica e culturalmente.

Algumas decisões práticas também tiveram de ser tomadas. Uma delas dizia respeito à unificação da escrita taliana, uma vez que a koiné ainda permanecia ágrafa e a diversidade de grafia em seus escritos já apontava para essa necessidade. Nesse intuito, Luzzatto (1994) publicou *Talian: Noções de Gramática, História e Cultura*, obra em que são estabelecidos os princípios gerais básicos da gramática taliana e de sua grafia. Trata-se de uma gramática que, ao passo que descreve, apresenta a estrutura semântica, sintática, lexical e fonológica do *talian*. Posteriormente, outras obras como

dicionários e manuais didáticos foram surgindo e atendendo à necessidade de documentação formal da língua, de maneira que, hoje, não há razões para que o *talian* não seja reconhecido como língua brasileira: tanto seu funcionamento interno quanto seu funcionamento social de língua estão em plena atividade.

Com isso tudo, aos poucos e como resultado de uma promoção de sucesso, o *talian* revivia, passando a ser língua de programas de rádio e de televisão, de jornais e revistas impressos, língua de comunicação em palestras, em festas e em outras situações sociais de uso. Na literatura, já é extensa a lista de autores. Na poesia, nomes como o do colono Ângelo Giusti, o do escritor Ítalo Balén, o do advogado Claudino Domingos Pilotto, o do professor e pesquisador José Curi, o do professor Darcy Loss Luzzatto, o do padre João Leonir Dall’Alba, o do escritor Sérgio Ângelo Grando compõem a relação. Além destes, há aqueles que se dedicaram aos romances, aos contos, aos jornais locais, como o Frei Paulino, Rovílio Costa, Arlinto Itacir Battistel e muitos outros.

Algumas considerações

Conforme já se indicava no princípio deste artigo, as políticas públicas para promoção do italiano no Brasil, operadas pelo Estado italiano, não beneficiam as línguas brasileiras de imigração que constituem a identidade ítalo-brasileira, mas buscam difundir o toscano, língua oficial italiana, não-representativa da história, da memória e da cultura dos grupos de imigrantes que vieram para cá. O *talian*, língua koiné surgida em meio às necessidades comunicativas dos colonos que aqui foram ‘estranhamente’ assentados, após passar por um longo e tirano governo ditatorial que o proibiu e de ter, nesse período, sido motivo de medo e vergonha por parte de seus falantes, está à margem de qualquer política governamental (tanto italiana quanto brasileira) de promoção lingüística e carecendo de resgate. A implicação imediata dessas ações é o que se chamou nesse trabalho de *tentativa de sufocar* a língua de imigração para que tão somente o toscano, tido como língua representativa do que se conhece hoje como Itália, ocupe o espaço lingüístico. Mas como é possível pensar em se deixar uma língua morrer à mingua e promover outra em seu lugar, não por interesse nesta outra, mas apenas por interesses embreados de vontade de dominação política e econômica?

Como o resgate da língua taliana não chega por via do Estado, como o é para o toscano e para o português, chega por meio de uma mudança na atitude lingüística de seus falantes. Trata-se de uma política de promoção orientada dos falantes para a língua e que visa a preservação e valorização social do *talian*. Os modos de intervenção também são outros. Enquanto a promoção do toscano está basicamente alicerçada no ensino de idioma (subsídio de cursos, formação de professores, criação de instituições que difundem a língua), a promoção do *talian*, sem poder contar com políticas públicas que a subsidiem, sustenta-se na produção literária de seus escritores. São escritos que registram a maior herança deixada pelo imigrante: a história, a vida, os costumes, a cultura, a própria língua que à medida que constrói o que conta, também se vai construindo.

Abstract: This paper aims at rethinking the linguistic situation to which immigrants and their descendants in Brazil were—and still are—submitted. Policies of linguistic promotion are questioned, once they, though allegedly designed to promote immigration languages, do not really promote them, but rather serve the languages of domination. Interests related to international relationships, to which linguistic promotion policies are subjected, do not favor the identity, culture and history of the Brazilians who have a Brazilian immigration language as their mother tongue. The case of *Talian* x Italian was taken to exemplify this relation, in which the non correspondence between what is linguistically promoted and what is indeed a Brazilian language of immigration is particularly clear.

Keywords: Brazilian immigration languages. Linguistic promotion. *Talian*. Italian.

Referências Bibliográficas

BEGGIATO, Ettore. O Vêneto antes da grande emigração. (Tradução de Darcy Loss Luzzatto). IN: *Almanaque Vêneto* (no prelo).

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. Línguas de imigrantes. *Cienc. Cult.*, Apr./June 2005, vol.57, no.2, p.42-46.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Ed., 2002.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

GUIMARAES, Eduardo. Apresentação Brasil: país multilíngüe. *Cienc. Cult.*, Apr./June 2005, vol.57, no.2, p.22-23.

LUZZATTO, Darcy Loss. *El nostro parlar: e outras crônicas*. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1993.

_____. *Talian (Vêneto Brasileiro): Noções de Gramática, História e Cultura*. Porto Alegre: Sagra; DC Luzzatto, 1994.

MORELLO, Rosângela; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/>>. Acesso em: 02 maio 2007, às 11h35min.

MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo Brasileiro contra os colonos descendentes de imigrantes italianos em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2007, às 11h12min.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.) *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos*. Campinas, SP: IPOL/Mercado das Letras, 2003.